



GT 040. Fronteiras, saúde, gênero e sexualidade: conexões, deslocamentos e alteridades corporais, espaciais, temporais

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS) - Coordenador/a, José Miguel Nieto Olivar (Faculdade de Saúde Pública USP) - Coordenador/a

O GT visa aglutinar pesquisas que reflitam sobre fronteira, saúde, gênero e sexualidade a partir de contextos espaciais, temporais ou corporais imaginados como marginais, fronteiriços ou minoritários, ou que remetam a problematizações, conexões laterais ou transformações acerca de centros ou arranjos majoritários. Nesse marco relacional, interessa pensar as experiências de sujeitos e grupos sociais a partir da intersecção com outras categorias de diferenciação: etnia, região/procedência, geração, classe, escolarização, orientação sexual, religião, raça/cor. Estamos atentos, também, a questões como trânsitos, deslocamentos, circulação, fluxos migratórios e processos de (des/re)territorialização e fronteirização, relacionados com agenciamentos de saúde, de gênero e sexualidade. Além de pesquisas sobre "mobilidades", são bem-vindas pesquisas que abarquem a construção social do desejo, do cuidado, do adoecimento e do gênero em outros geográficos, entre-cidades, zonas e contextos rurais, priorizando aqueles lugares que estão atravessados pela sua nomeação como fronteiras, margens ou periferias. O GT tem o intuito de melhor compreender as multiplicidades de formas e sentidos da saúde (processos de adoecimento, cuidado e morte), do gênero e da sexualidade, em articulação com processos territoriais "menores".

Espiritualidade, subjetividade e doença: experiências com o HIV

Autoria: Asher Grochowalski Brum Pereira

Paul Beatriz Preciado, em Testo Junkie, analisa o regime heterossexual como uma extensão da sociedade biopolítica no qual se produzem protocolos farmacológicos para a normatização dos corpos. São exemplos disso as normas para a autoadministração de testosterona para a mudança de gênero e o tratamento com antirretrovirais contra o HIV. Partindo do suposto formulado pelo autor, propomos analisar como o cultivo da espiritualidade pode configurar-se em alternativa ao protocolo farmacológico para o tratamento de doenças. Nossa hipótese é que o cultivo de determinados tipos de espiritualidade produz subjetividades que ressignificam a doença, tal como é exposta pelos saberes médicos e farmacêuticos. Com efeito, observaremos o relato e a trajetória de Kevin, um jovem gay que, ao descobrir-se portador de HIV, começou a autoadministração do tratamento antirretroviral. Ao começar a questionar a eficácia do tratamento protocolar, procurou na sociedade esotérica autodenominada Ordem Rosa Cruz uma alternativa de cura para o HIV. Desse modo, por meio de descrições empíricas, procuraremos demonstrar como a subjetividade de Kevin se modifica em seu trânsito por ambientes médicos do SUS (Sistema Único de Saúde) e pelo templo Rosa Cruz. Ao descobrir-se portador de HIV, Kevin começou o tratamento antirretroviral e frequentava regularmente o SAE (Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids), na cidade de São Paulo, para fazer o controle de sua carga viral e, desse modo, regular a administração da medicação antirretroviral. Quando começou a frequentar a Ordem Rosa Cruz, encontrou nas meditações uma forma de espiritualidade que se concentrava no próprio corpo e no alívio (e mesmo eliminação) da doença. Portanto, nosso intuito é abordar a interação entre espiritualidade, subjetividade e doença e, desse modo, compreender formas de contraconduta dentro do regime farmacológico de governo dos corpos.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**